



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Apoio Especializado**  
**Especialidade Engenharia (Segurança do Trabalho)**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A****Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos**  
**Discursiva - Redação****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

**Diante do futuro**

*Que me importa o presente? No futuro é que está a existência dos verdadeiros homens. Guyau\*, a quem não me canso de citar, disse em uma de suas obras estas palavras:*

*“Porventura sei eu se viverei amanhã, se viverei mais uma hora, se a minha mão poderá terminar esta linha que começo? A vida está por todos os lados cercada pelo Desconhecido. Ainda executo, trabalho, empreendo; e em todos os meus atos, em todos os meus pensamentos, eu pressuponho esse futuro com o qual nada me autoriza a contar. A minha atividade excede em cada minuto o instante presente, estende-se ao futuro. Eu consumo a minha energia sem recear que esse consumo seja uma perda estéril, imponho-me privações, contando que o futuro as resgatará – e sigo o meu caminho. Essa incerteza que me comprime de todos os lados equivale para mim a uma certeza e torna possível a minha liberdade – é o fundamento da moral especulativa com todos os riscos. O meu pensamento vai adiante dela, com a minha atividade; ele prepara o mundo, dispõe do futuro. Parece-me que sou senhor do infinito, porque o meu poder não é equivalente a nenhuma quantidade determinada; quanto mais trabalho, mais espero.”*

\* Jean-Marie Guyau (1854-1888), filósofo e poeta francês.

(PRADO, Antonio Amonio (org.). **Lima Barreto**: uma autobiografia literária. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 164)

1. Lima Barreto vale-se do texto de Guyau para defender a tese de que
  - (A) as projeções do futuro só importam quando estiverem visceralmente ligadas às experiências do presente.
  - (B) o futuro ganha plena importância quando temos a convicção de que todas as nossas ações são duradouras.
  - (C) as ações do presente têm sua importância determinada pelo valor intrínseco de que se revestem.
  - (D) as ações do presente ganham sentido quando projetadas e executadas com vistas ao futuro.
  - (E) o futuro só é do nosso domínio quando nossas ações no tempo presente logram antevê-lo e iluminá-lo.
2. O fato de nossa vida estar cercada pelo Desconhecido não deve implicar uma restrição aos empreendimentos humanos, já que, para Guyau,
  - (A) a incerteza do futuro não elimina a possibilidade de tomá-lo como parâmetro dos nossos empreendimentos.
  - (B) os nossos atos tendem a se tornar estéreis quando pautados por uma visão otimista do futuro.
  - (C) a brevidade do tempo que temos para viver autoriza-nos a viver o presente com o máximo de intensidade.
  - (D) o fundamento da moral especulativa está em planejar o futuro sem atentar para as circunstâncias presentes.
  - (E) o trabalho estéril executado no presente acumula

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
  - (A) *Todavia executo* (2º parágrafo) = por conseguinte ajo.
  - (B) *uma perda estéril* (2º parágrafo) = um ônus impróprio.
  - (C) *imponho-me privações* (2º parágrafo) = faculto-me restrições.
  - (D) *o futuro as resgatará* (2º parágrafo) = o amanhã as imputará.
  - (E) *incerteza que me comprime* (2º parágrafo) = dúvida que me constringe.
4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Pelo simples fato de ignorarmos o futuro, Guyau não desiste de valorizar no presente às ações que poderão projetar-se nele.
  - (B) O desconhecimento do futuro não nos exime de sermos responsáveis por tudo aquilo que empreendemos.
  - (C) Sendo certo que o Desconhecido cerceia nossa vida, nem por isso deixaremos de investir sobre o nosso futuro.
  - (D) Está no futuro o sentido mesmo de tudo o que nos dispomos a fazer nos limites naturais do tempo presente.
  - (E) Mesmo sem assenhorearmos qualquer certeza diante do futuro, nossas ações presentes ressalvam toda liberdade.
5. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se concordando com o elemento sublinhado na frase:
  - (A) Há trabalhos que a gente (**executar**) sem imaginar o sentido que ganharão no futuro.
  - (B) Os minutos de que se (**necessitar**) viver plenamente devem trazer consigo uma expectativa de futuro.
  - (C) As privações que me (**competir**) enfrentar não devem desestimular meus empreendimentos.
  - (D) As incertezas quanto ao meu próprio futuro não (**dever**) eximir-me de ser responsável por minhas decisões.
  - (E) Os desafios que cada um de nós hoje se (**obrigar**) a enfrentar fortalecem-nos diante do futuro.
6. A construção da frase *eu pressuponho esse futuro com o qual nada me autoriza a contar* permanecerá correta caso se substitua o elemento sublinhado por
  - (A) de cujo pouco posso prever.
  - (B) por quem nada posso antecipar.
  - (C) do qual nada me é dado esperar.
  - (D) perante o qual não sei avaliar.



**Atenção:** As questões de números 7 a 12 referem-se ao texto seguinte.

### Questão de gosto

A expressão parece ter sido criada para encerrar uma discussão. Quando alguém apela para a tal da “questão de gosto”, é como se dissesse: “chega de conversa, inútil discutir”. A partir daí nenhuma polêmica parece necessária, ou mesmo possível. “Você gosta de Beethoven? Eu prefiro ouvir fanfarra de colégio.” Questão de gosto.

Levada a sério, radicalizada, a “questão de gosto” dispensa razões e argumentos, estanca o discurso crítico, desiste da reflexão, afirmando despoticamente a instância definitiva da mais rasa subjetividade. Gosto disso, e pronto, estamos conversados. Ao interlocutor, para sempre desarmado, resta engolir em seco o gosto próprio, impedido de argumentar. Afinal, gosto não se discute.

Mas se tudo é questão de gosto, a vida vale a morte, o silêncio vale a palavra, a ausência vale a presença – tudo se relativiza ao infinito. Num mundo sem valores a definir, em que tudo dependa do gosto, não há lugar para uma razão ética, uma definição de princípios, uma preocupação moral, um empenho numa análise estética. O autoritarismo do gosto, tomado em sentido absoluto, apaga as diferenças reais e proclama a servidão ao capricho. Mas há quem goste das fórmulas ditatoriais, em vez de enfrentar o desafio de ponderar as nossas contradições.

(Emiliano Barreira, inédito)

7. Definida como *instância definitiva da mais rasa subjetividade*, a questão de gosto **opõe-se**, terminantemente,

- (A) à atribuição de mérito à naturalidade de uma primeira impressão.
- (B) ao primado do capricho pessoal, ao qual tantas vezes se apela.
- (C) à dinâmica de argumentos criteriosos na condução de uma polêmica.
- (D) ao subterfúgio de que nos valem para evitar um princípio de discussão.
- (E) ao princípio da recusa a qualquer fundamentação racional numa discussão.

8. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, a menção a *Beethoven* e a *fanfarra de colégio* ilustra bem a disposição do autor em colocar lado a lado manifestações artísticas de valor equivalente.
- II. No 2º parágrafo, o termo *despoticamente* qualifica o modo pelo qual alguns interlocutores dispõem-se a desenvolver uma polêmica.
- III. No 3º parágrafo, a expressão *servidão ao capricho* realça a acomodação de quem não se dispõe a enfrentar a argumentação crítica.

Em relação ao texto está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) ---

9. Ao longo do texto o autor se vale de expressões de sentido antagônico, para bem marcar a oposição entre uma razão crítica e uma mera manifestação do gosto. É o que se constata quando emprega

- (A) *encerrar uma discussão* e *nenhuma polêmica*.
- (B) *engolir em seco* e *impedido de argumentar*.
- (C) *desafio de ponderar* e *estanca o discurso crítico*.
- (D) *tudo é questão de gosto* e *tudo se relativiza*.
- (E) *servidão ao capricho* e *fórmulas ditatoriais*.

10. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais em:

- (A) Caso um de nós a tome em sentido absoluto, a questão de gosto acabará por impedir que debatamos com alguma seriedade.
- (B) Caso sejam levadas a sério, suas ponderações teriam soterrado as tais razões de gosto que alegassem os seus interlocutores.
- (C) Somente nos restaria engolir em seco, se admitirmos que a tal da questão de gosto tivesse alguma relevância.
- (D) Se alguém apelasse para a tal “questão de gosto”, dificilmente nós, reputados polemistas, haveremos de concordar.
- (E) Seria necessário que todos gostassem das fórmulas ditatoriais do gosto para que se impeça um debate calcado em princípios argumentativos.

11. Muita gente não enfrenta uma argumentação, prefere substituir uma argumentação pela alegação do gosto, atribuindo ao gosto o valor de um princípio inteiramente defensável, em vez de tomar o gosto como uma instância caprichosa.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente,

- (A) substituir-lhe - atribuindo-o - tomá-lo
- (B) substituí-la - atribuindo-lhe - tomá-lo
- (C) substituí-la - lhe atribuindo - tomar-lhe
- (D) substituir a ela - atribuindo a ele - lhe tomar
- (E) substituir-lhe - atribuindo-lhe - tomar-lhe

12. Na passagem da voz ativa para a passiva, NÃO houve a devida correspondência quanto ao tempo verbal na seguinte construção:

- (A) A questão de gosto dispensaria as razões = As razões teriam sido dispensadas pela questão de gosto.
- (B) O autoritarismo apagava as diferenças reais = As diferenças reais eram apagadas pelo autoritarismo.
- (C) Os acomodados têm proclamado a servidão ao capricho = A servidão ao capricho tem sido proclamada pelos acomodados.
- (D) Será que ele apreciará tais formas ditatoriais? = Será que tais fórmulas ditatoriais serão apreciadas por ele?
- (E) Haveremos de enfrentar esse e outros desafios = Esse e outros desafios haverão de ser enfrentados



**Atenção:** As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto seguinte.

### Sobre a publicação de livros

*Muito se tem discutido, recentemente, sobre direitos e restrições na publicação de livros. Veja-se o que dizia o filósofo Voltaire, em 1777:*

*“Não vos parece, senhores, que em se tratando de livros, só se deve recorrer aos tribunais e soberanos do Estado quando o Estado estiver sendo comprometido nesses livros? Quem quiser falar com todos os seus compatriotas só poderá fazê-lo por meio de livros: que os imprima, então, mas que responda por sua obra. Se ela for ruim, será desprezada; se for provocadora, terá sua réplica; se for criminosa, o autor será punido; se for boa, será aproveitada, mais cedo ou mais tarde.”*

(Voltaire, **O preço da justiça**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 56)

13. A posição de Voltaire está corretamente resumida na seguinte frase:

- (A) A publicação de livros é uma questão de Estado e somente na instância do Estado deve ser administrada.
- (B) Os autores de livros, soberanos para emitir suas opiniões, devem permanecer à margem das sanções dos tribunais.
- (C) A única consequência admissível da publicação de um livro é a reação do público leitor, a quem cabe o juízo definitivo.
- (D) Afora alguma razão de Estado, não se deve incriminar um autor pela divulgação de suas ideias.
- (E) O Estado só deve ser invocado para julgar um livro quando isso constituir manifesta exigência do público.

14. Por falha estrutural de redação, impõe-se **reescrever** a seguinte frase:

- (A) Muitos ensinamentos dos antigos escritores e filósofos mantêm-se atuais, por força do permanente interesse público pelos temas que abordaram.
- (B) São inspiradores os intelectuais antigos que, como Voltaire, discutiram temas cuja relevância não sofreu qualquer declínio até nossos dias.
- (C) A discussão atual sobre o direito de se publicar uma biografia não autorizada pode enriquecer-se, quando se recorre a princípios defendidos por Voltaire.
- (D) A liberdade de pensamento constituiu uma preocupação central para os intelectuais do século XVIII, destacando-se, entre eles, o gênio de Voltaire.
- (E) Mesmo que haja grande evolução no que diz respeito aos costumes, vê-se que no século XVIII era permanente a preocupação com os direitos civis.

15. Quanto à colocação das vírgulas, a frase inteiramente correta é:

- (A) Num de seus textos a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça que, segundo ele, foi-nos concedido por Deus que também nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (B) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda, com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que, segundo ele, foi-nos concedido por Deus, que também nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (C) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto” Voltaire aborda, com a propriedade de sempre a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus que, também, nos deu um cérebro para contrabalançar os impulsos do coração.
- (D) Num de seus textos a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus, que também nos deu um cérebro, para contrabalançar, os impulsos do coração.
- (E) Num de seus textos, a que deu o título de “Do justo e do injusto”, Voltaire aborda, com a propriedade de sempre, a questão da natureza mesma, do sentimento da justiça, que segundo ele foi-nos concedido por Deus que, também nos deu um cérebro, para contrabalançar os impulsos do coração.

### Raciocínio Lógico-Matemático

**Atenção:** Utilize o texto a seguir para responder às questões de números 16 e 17.

*Em uma das versões do jogo de Canastra, muito popular em certos Estados brasileiros, uma canastra é um jogo composto de sete cartas. Existem dois tipos de canastras: a canastra real, formada por sete cartas normais iguais (por exemplo, sete reis) e a canastra suja, formada por quatro, cinco ou seis cartas normais iguais mais a quantidade de coringas necessária para completar as sete cartas. São exemplos de canastras sujas: um conjunto de seis cartas “9” mais um coringa ou um conjunto de quatro cartas “7” mais três coringas.*

*As canastras reais e sujas valem, respectivamente, 500 e 300 pontos, mais o valor das cartas que as compõem. Dentre as cartas normais, cada carta “4”, “5”, “6” e “7” vale 5 pontos, cada “8”, “9”, “10”, valete, dama e rei vale 10 pontos e cada ás vale 20 pontos. Já dentre os coringas, existem dois tipos: o “2”, que vale 20 pontos cada, e o joker, que vale 50 pontos cada.*

*Uma carta “3” não pode ser usada em uma canastra. A Canastra é jogada com dois baralhos, o que resulta em oito cartas de cada tipo (“2”, “3”, “4”, ... , “10”, valete, dama, rei e ás) mais quatro coringas joker.*

16. Ao fazer uma canastra do jogo de Canastra, um jogador conseguirá uma quantidade de pontos, no mínimo, igual a

- (A) 335.
- (B) 350.
- (C) 365.
- (D) 375.
- (E) 390.



17. Ao fazer uma canastra do jogo de Canastra usando apenas sete cartas, um jogador conseguirá uma quantidade de pontos, no máximo, igual a

- (A) 530.
- (B) 535.
- (C) 570.
- (D) 615.
- (E) 640.

18. O número A é composto por 2000 algarismos, todos eles iguais a 1, e o número B é composto por 1000 algarismos, todos eles iguais a 3. Se o número C é igual à soma dos números A e B, então a soma de todos os algarismos que compõem C é igual a

- (A) 5000.
- (B) 4444.
- (C) 4000.
- (D) 3333.
- (E) 3000.

19. No próximo ano, uma enfermeira deverá estar de plantão em 210 dos 365 dias do ano. No hospital em que ela trabalha, só se permite que uma enfermeira fique de plantão por, no máximo, 3 dias consecutivos. Nessas condições, combinando adequadamente os dias de plantão e de folga, o número máximo de dias consecutivos que ela poderá tirar de folga nesse ano é igual a

- (A) 78.
- (B) 85.
- (C) 87.
- (D) 90.
- (E) 155.

20. Durante um comício de sua campanha para o Governo do Estado, um candidato fez a seguinte afirmação:

**“Se eu for eleito, vou asfaltar 2.000 quilômetros de estradas e construir mais de 5.000 casas populares em nosso Estado.”**

Considerando que, após algum tempo, a afirmação revelou-se falsa, pode-se concluir que, necessariamente,

- (A) o candidato não foi eleito e não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado.
- (B) o candidato não foi eleito, mas foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (C) o candidato foi eleito, mas não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas no Estado.
- (D) o candidato foi eleito e foram construídas mais de 5.000 casas populares no Estado.
- (E) não foram asfaltados 2.000 quilômetros de estradas ou não foram construídas mais de 5.000 casas po-

### Noções de Direito Constitucional

21. Entre as atribuições conferidas pelo texto constitucional ao Presidente da República está o poder de “conceder indulto e comutar penas”. O indulto implica extinção de punibilidade, liberando o condenado por sentença criminal do cumprimento da pena ou do seu restante. Já a comutação de pena consiste em substituição da sanção judicial aplicada por outra, em geral, mais branda. O exercício dessa atribuição presidencial não é cabível, nos termos da Constituição Federal, para beneficiar os condenados pela prática das infrações criminais de

- (A) terrorismo, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (B) tortura, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (C) terrorismo, tortura, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (D) terrorismo, tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, bem como tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (E) terrorismo, tortura, racismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

22. É competência privativa da União legislar sobre as matérias de direito

- (A) agrário, direito econômico, sistema estatístico e registros públicos.
- (B) do trabalho, propaganda comercial, metalurgia e proteção à infância e à juventude.
- (C) penal, direito penitenciário, cidadania e sistema cartográfico.
- (D) espacial, desapropriação, propaganda comercial e definição de crimes de responsabilidade.
- (E) agrário, direito penitenciário, metalurgia e sistema cartográfico.

23. Considere as seguintes afirmativas:

- I. O direito de reunião em locais abertos ao público deve ser exercido, segundo o texto constitucional, de forma pacífica, sem armas, com prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- II. É assegurada pela Constituição Federal a gratuidade das ações de *habeas corpus* e *habeas data* e, na forma da lei, dos atos necessários ao exercício da cidadania, bem assim, aos reconhecidamente pobres, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.
- III. É cabível a impetração de *habeas data* em caso de violação do direito fundamental assegurado a todos de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse geral, ainda que, neste último caso, não diga respeito especificamente à pessoa do impetrante.

Está correto o que consta em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.



24. Considere as seguintes afirmativas:

- I. As decisões proferidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho são dotadas de efeito vinculante.
- II. A competência constitucionalmente assegurada para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho e os *habeas corpus* quando o ato questionado envolver matéria sob sua jurisdição implica o reconhecimento de legitimidade para o exercício de jurisdição penal aos órgãos da Justiça do Trabalho.
- III. A instalação de justiça itinerante pelos Tribunais Regionais do Trabalho deve servir-se, segundo o texto constitucional, dos equipamentos públicos disponíveis, sendo vedada a utilização daqueles de natureza particular ou comunitária.

Está correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

25. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Lei federal que condicione o exercício da profissão de músico à inscrição regular na Ordem dos Músicos do Brasil e ao pagamento das respectivas anuidades não ofende a Constituição, pois cabe ao legislador estabelecer qualificações profissionais a serem exigidas como condição ao exercício do direito fundamental à liberdade de profissão.
- II. É assegurada às entidades associativas, desde que expressamente autorizadas, legitimidade para representar seus filiados judicialmente, inclusive em sede de ação civil pública e de mandado de segurança coletivo.
- III. A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, bem como o direito à indenização por danos morais decorrentes de sua violação são constitucionalmente assegurados às pessoas naturais e não às pessoas jurídicas.

Está correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

### Noções de Direito Administrativo

26. A Administração pública de São Bernardo do Campo tem necessidade de adquirir equipamento de informática que é produzido e comercializado, com exclusividade, por empresa brasileira sediada no Estado do Paraná. Após ampla e detida pesquisa, constatou-se que referido equipamento é o único capaz de atender de forma satisfatória o interesse público, sendo premente sua aquisição. Para tanto, a Administração pública municipal deve comprar referido equipamento por meio de

- (A) procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, que é exigência constitucional para todas as contratações públicas.
- (B) procedimento licitatório, elegendo a modalidade licitatória que imprima maior competitividade ao certame, desde que o faça de forma motivada.
- (C) contratação direta, com fundamento na dispensa de licitação, exigindo do fornecedor a comprovação de exclusividade de fabricação e comercialização, por meio da apresentação de atestado emitido para esse fim.
- (D) contratação direta, com fundamento na inexigibilidade de licitação, exigindo, para tanto, que o fornecedor apresente a documentação comprobatória da condição de exclusividade, nos termos da Lei.
- (E) contratação direta, com fundamento na dispensa ou na inexigibilidade de licitação, não havendo, em qualquer das



27. Durante procedimento licitatório, na fase de homologação, o Poder Público apercebeu-se que a execução do serviço objeto da licitação não mais atendia ao interesse público que motivou a abertura do certame, em razão de situação incontornável, decorrente de fato superveniente à sua instauração, devidamente comprovado. Nessa condição, a autoridade competente superior, após receber o processo de licitação, deve
- (A) revogar a licitação, por ato devidamente motivado, assegurando-se aos interessados o contraditório e a ampla defesa.
  - (B) anular o procedimento por razão de interesse público, não havendo obrigação de indenização, porque os licitantes não têm direito subjetivo à contratação.
  - (C) homologar o ato de resultado final da Comissão de Licitação, confirmando a validade do certame e adjudicando o objeto da licitação ao vencedor do certame, que tem direito subjetivo à contratação.
  - (D) anular o procedimento por razões de ordem administrativa, ficando a Administração obrigada a indenizar os participantes da licitação.
  - (E) revogar a licitação, por motivo de legalidade, não havendo obrigação legal de assegurar o contraditório e a ampla defesa, porque os licitantes não têm direito subjetivo à contratação.
- 
28. Ato normativo emanado do Poder Legislativo federal criou, junto aos quadros do Ministério da Saúde, cargos de provimento efetivo autorizando seu preenchimento pela integração, no serviço público federal, de servidores públicos de Autarquia estadual da área da saúde que atuavam há muitos anos no serviço público federal, em razão de acordo entre o Estado e a União. Os atos administrativos de provimento pautados em referida norma legal
- (A) não são passíveis de anulação pelo judiciário, porque a exigência de concurso público se dá tão somente para primeira investidura no serviço público.
  - (B) são passíveis de revogação, por motivo de conveniência e oportunidade, mas não de anulação, isso porque o administrador está adstrito ao princípio da legalidade que, na hipótese, fundamenta a transposição funcional de um cargo a outro, mesmo que de esfera governamental distinta.
  - (C) são passíveis de anulação pelo Poder Judiciário, porque têm por fundamento norma legal que ofende a Constituição Federal; sendo igualmente inválidos todos os atos administrativos eventualmente praticados por referidos servidores, que, por essa razão, não surtem efeitos.
  - (D) não são passíveis de anulação porque se cuidam de provimento derivado, considerando que os servidores mantinham vínculo anterior com a Administração pública de outra esfera governamental.
  - (E) são passíveis de anulação pelo Poder Judiciário, porque têm por fundamento norma legal que malfeire a Constituição Federal, sendo, no entanto, válidos os atos administrativos eventualmente praticados por referidos servidores, se por outra razão não forem viciados.
- 
29. Servidor Público federal, ocupante de cargo junto ao Ministério da Fazenda, foi deslocado, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, no interesse da Administração. O ato administrativo descrito, nos termos da Lei nº 8.112/1990, denomina-se
- (A) redistribuição, que se constitui na modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, no interesse da Administração, com ou sem mudança de sede, independentemente de motivação.
  - (B) remoção, que compreende as modalidades de ofício, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá no interesse da administração, e a pedido, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá a critério da Administração, podendo, no entanto, ocorrer independentemente do interesse da Administração, nas situações expressamente autorizadas pela Lei.
  - (C) transferência, que é a modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, com ou sem mudança de sede, sempre no interesse da Administração.
  - (D) remoção, que compreende as modalidades de ofício, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá no interesse da Administração, e a pedido, hipótese em que o deslocamento do servidor se dá, exclusivamente, a critério da Administração.
  - (E) recondução, que se constitui na modalidade de deslocamento do servidor que se dá de ofício, no interesse da administração, com ou sem mudança de sede, hipótese em que a motivação do ato é dispensada; denominando-se redistribuição, o deslocamento a pedido do servidor.
- 
30. Órgão integrante do Poder Legislativo federal, no desempenho da função administrativa, solucionou controvérsia proferindo ato administrativo restritivo de direito sem, no entanto, observar a Lei nº 9.784/1999. Considerando o âmbito de aplicação da referida lei, é correto afirmar que o administrador atuou
- (A) conforme a lei, porque o referido ato normativo aplica-se, exclusivamente, ao Poder Executivo federal, abrangendo a Administração pública direta e indireta.
  - (B) conforme a lei, porque o referido ato normativo aplica-se ao Poder Executivo federal, abrangendo a Administração pública direta e indireta e ao Poder Judiciário federal, não se aplicando ao Poder Legislativo federal, estadual ou local.
  - (C) em desconformidade com a lei, porque os preceitos da supracitada norma também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
  - (D) em desconformidade com a lei, porque os preceitos da norma também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, respectivamente, quando no desempenho de função legislativa e judicial.
  - (E) conforme a lei, porque o ato normativo aplica-se tão somente às unidades de atuação integrantes da estrutura da

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Atenção:** Considere o texto a seguir, contendo uma situação hipotética, para responder às questões de números 31 a 40.

*Em um dia do mês de dezembro de 2010, em uma obra de construção de grande porte, onde trabalham 2.000 funcionários em regime celetista, ocorreram duas mortes de operários. Estas ocorrências são indicadoras de que as condições de segurança e de trabalho nos serviços de infraestrutura estão comprometidas, dado que o cronograma das obras estava muito apertado.*

*A primeira vítima, Márcio, 22 anos, trabalhava em plena madrugada e morreu ao cair de uma altura de 35 metros quando realizava a instalação de refletores. O Ministério Público do Trabalho pediu a interdição imediata da obra ao tomar ciência do ocorrido. A empresa responsável pelas obras lamentou o ocorrido e afirmou estar prestando assistência aos familiares da vítima, além de ter aberto uma sindicância para apurar as causas do acidente.*

*Na manhã do mesmo dia, João, 49 anos, morreu ao sofrer um infarto. Ele passou mal ao subir na carroceria de um caminhão que levava entulhos da obra. O Serviço de Atendimento Móvel de Emergência foi chamado, mas quando chegou ao local nada pode fazer.*

*Um terceiro operário, Renato, 38 anos, já havia morrido no início do mesmo mês quando se desequilibrou e caiu de uma altura de 5 metros.*

*O problema com acidentes na construção civil é recorrente. A aceleração do ritmo das obras para o atendimento às demandas dos clientes amplia os riscos de acidentes. Por isso, o Ministério Público do Trabalho tem se preocupado com as irregularidades, como a falta de sinalização do canteiro de obras e iluminação noturna inadequada, chegando a embargar obras.*

*Um mês antes do embargo do Ministério Público, nessa mesma obra, ocorreu um ataque de abelhas que fez com que seis operários fossem encaminhados ao hospital, contudo tal episódio inesperado foi sem gravidade.*

31. *João, 49 anos, morreu ao sofrer um infarto. Se houvesse um socorrista leigo, treinado e capaz para prestar o Suporte Básico à Vida (SBV), a situação poderia ter sido diferente. Desde 2010, a American Heart Association (AHA) recomenda Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) de alta qualidade. De acordo com a AHA (2010), para uma situação não responsiva e sem respiração deve-se*

- (A) aplicar a frequência de 100 compressões mínimas por minuto. Profundidade de compressão mínima de 5 cm em adultos. Retorno total do tórax após cada compressão. Minimização das interrupções nas compressões torácicas. Evitar excesso de ventilação.
- (B) avaliar a respiração "ver, ouvir e sentir", checar o pulso. Frequência de 100 compressões, aproximadamente, por minuto. Profundidade de compressão mínima de 3 cm em adultos. Retorno total do tórax após cada compressão. Minimização das interrupções nas compressões torácicas. Aplicar bastante a ventilação.
- (C) checar o pulso. Frequência de compressão-ventilação de 30:2 para um único socorrista de adultos. Profundidade de compressão, aproximadamente, de 3 cm em adultos. Retorno total do tórax após cada compressão. Minimização das interrupções nas compressões torácicas. Não usar o balão autoinflável. Evitar excesso de ventilação.
- (D) aplicar a frequência de compressão-ventilação de 30:2 para um único socorrista de adultos. Profundidade de compressão mínima de 5 cm em adultos. Minimização das interrupções nas compressões torácicas. Usar o balão autoinflável para ventilação e manter ventilação constante.
- (E) checar o pulso por 10 segundos e frequência de compressão-ventilação de 15:2 para um único socorrista de adultos. Profundidade de compressão, aproximadamente, de 3 cm em adultos. Retorno total do tórax após cada compressão.



32. Márcio morreu ao cair de uma altura de 35 m, quando instalava refletores.

Durante a realização da Análise de Risco – AR, de acordo com a NR-35, o melhor método de identificação de riscos de queda e que permite um exame detalhado do processo ou do serviço executado é o estudo da técnica de  $\dots^{\text{I}}$ . Neste método, tem-se como ferramenta, quando aplicável, a  $\dots^{\text{II}}$ , que deve ter validade limitada à duração da atividade e aprovada pelo responsável da execução.

Preenchem corretamente as lacunas I e II:

	I	II
A	HAZOP, uma técnica específica qualitativa e quantitativa	Permissão de Trabalho (PT)
B	APP, uma técnica específica e quantitativa	Ordem de Serviço (O.S.)
C	AFF, uma técnica geral e qualitativa	Representação esquemática ou simbologias gráficas representativas
D	APR, uma técnica geral e qualitativa	Permissão de Trabalho (PT)
E	FMEA, uma técnica qualitativa	análise de <i>What if</i>

33. Deve-se ter equipes de operários organizadas e treinadas nos canteiros de obras, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança. No que diz respeito ao treinamento, a NR-18 dispõe que os empregados devem receber

- (A) o diálogo de segurança todos os dias, antes de o trabalhador iniciar suas atividades, o que dispensa o treinamento na admissão, pois esse tipo de treinamento só é obrigatório uma vez por ano.
- (B) treinamento na admissão, com carga horária mínima de oito horas, podendo ser ministrado fora do horário de trabalho, a critério do SESMT ou do empregador.
- (C) treinamento na admissão, com carga horária mínima de meio período e com diálogo de segurança, todos os dias, podendo ser ministrados dentro do horário de trabalho ou depois do expediente.
- (D) o diálogo de segurança todos os dias, em um período médio de 20 minutos, dentro do horário de trabalho, antes ou depois de o trabalhador ter iniciado sua jornada de trabalho, o que desobriga o treinamento na admissão.
- (E) treinamentos na admissão e periodicamente, com carga horária mínima de seis horas, podendo ser ministrados dentro do horário de trabalho, antes de o trabalhador iniciar suas atividades.

34. De acordo com o texto, no período, ocorreram três mortes na obra, sendo duas por queda em altura e uma por infarto, além de seis funcionários terem sido atacados por abelhas. Considerando que a construtora responsável possui 2.000 funcionários envolvidos nessa obra, e de acordo com a NR-4, a empresa deve encaminhar ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE os mapas contendo a avaliação anual, conforme os quadros III, IV, V e VI, através da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE, até o dia 31 de janeiro de cada ano, conforme determina o subitem 4.12 alínea "i". O cálculo toma como base 300 dias úteis de trabalho anual, para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais. No demonstrativo dos cálculos e do preenchimento do quadro III, da NR-4 – Acidentes com Vítima –, o número absoluto e o índice relativo/total de empregados devem considerar

- (A) os ataques das abelhas nos seis funcionários, excluindo-se os três acidentes fatais ocorridos na obra e o funcionário que teve o infarto (deverão ser tratados a parte), sendo o índice relativo igual a 0,30%.
- (B) os dois acidentes fatais ocorridos na obra pela queda, excluindo-se os ataques das abelhas aos seis funcionários e o funcionário que teve o infarto, sendo o índice relativo igual a 0,10%.
- (C) os três acidentes fatais, sendo os dois relacionados à queda e ao funcionário que teve o infarto, excluindo-se os ataques das abelhas nos seis funcionários, sendo o índice relativo igual a 0,15%.
- (D) todos os acidentes ocorridos na obra, os dois acidentes fatais pela queda, os ataques das abelhas nos seis funcionários e o funcionário que teve o infarto, sendo o índice relativo igual a 0,45%.
- (E) os dois acidentes fatais ocorridos na obra pela queda e os ataques das abelhas nos seis funcionários, excluindo-se o



35. A NR-18 estabelece que os canteiros de obra devem ter equipes de operários organizadas e especialmente treinadas no manuseio do material disponível para o primeiro combate ao fogo. A obra, de acordo com a ABNT NBR 14276 (vigente) – Brigada de Incêndio e com as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros, para a situação hipotética, pode ser classificada como Grupo F – Local de reunião de público, tipo de Atividade F-7 – Construção provisória (arenas, edificações provisórias etc.), grau de risco médio, população fixa por pavimento ou compartimento até 10 funcionários igual a 6 brigadistas. Supõe-se, também, uma população fixa de 2.000 funcionários, para um único setor. Para fins de dimensionamento e dando maior ênfase à proteção e combate a sinistros e primeiros-socorros, o número mínimo total de brigadistas deverá ser de
- (A) 139.
  - (B) 205.
  - (C) 206.
  - (D) 134.
  - (E) 140.
- 
36. De acordo com a NR-18, no caso de acidente fatal (Márcio, 22 anos) são obrigatórias as seguintes medidas:
- (A) comunicar o acidente fatal ao sindicato da categoria profissional do local da obra e ao órgão regional do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego que repassará, imediatamente, à autoridade policial competente da região; deixar o local do jeito que ocorreu o acidente fatal, mantendo suas características até sua liberação pela autoridade policial competente.
  - (B) efetuar primeiramente a abertura da CAT, reunião extraordinária da CIPA e depois comunicar o acidente ao órgão regional do MTE, que repassará, imediatamente, à autoridade policial competente da região; deixar o local do jeito que ocorreu o acidente fatal, mantendo suas características até sua liberação pela autoridade policial competente e pelo órgão regional do MTE.
  - (C) comunicar o acidente fatal de imediato à autoridade policial competente da região e ao órgão regional do MTE, que repassará, imediatamente, ao sindicato da categoria profissional do local da obra; isolar o local diretamente relacionado ao acidente, mantendo suas características até sua liberação pela autoridade policial competente e pelo órgão regional do MTE.
  - (D) efetuar primeiramente a abertura da CAT e depois comunicar à autoridade policial competente da região e ao órgão regional do MTE, que repassará, imediatamente, ao sindicato da categoria profissional do local da obra; isolar o local diretamente relacionado ao acidente, mantendo suas características até a liberação do MTE.
  - (E) comunicar o acidente fatal de imediato à Previdência Social, ao órgão regional do MTE e ao sindicato da categoria profissional do local da obra, que repassará, imediatamente, a informação à autoridade policial competente da região; isolar o local diretamente relacionado ao acidente, mantendo suas características até sua liberação pela autoridade policial competente.
- 
37. Conforme o texto, a empresa responsável pela obra lamenta pelo ocorrido com Márcio, 22 anos, e afirma que está prestando assistência aos familiares da vítima. De acordo com a legislação previdenciária e o Código Civil, no que diz respeito ao acidente do trabalho fatal, é correto afirmar:
- (A) Os herdeiros de Márcio, se houver, terão direito à pensão por morte correspondente a 92% do valor da aposentadoria que ele receberia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento. Mas, independentemente desse benefício, é direito do trabalhador a indenização pelo acidente fatal, a qual deverá ser paga pelo empregador, a quem caberá responder pelos danos causados, independentemente de dolo ou culpa, pois isso não retira a obrigação, através de seus encarregados e engenheiros, de acompanhar e orientar as operações de maior risco dentro da obra.
  - (B) Os dependentes de Márcio, se houver, terão o direito à pensão por morte correspondente a 100% do valor da aposentadoria que ele receberia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento. É insuficiente para gerar a obrigação indenizatória por parte do empregador, pois somente se verificará a obrigação de ressarcir os danos quando na investigação da causa ficar comprovado que este dano é consequência direta e imediata, com nexo de causalidade, de uma atuação dolosa ou culposa do empregador.
  - (C) A família de Márcio terá direito ao pecúlio por morte correspondente a 150% do valor da aposentadoria que ele recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento. Mas, independentemente desse benefício, é direito do trabalhador a indenização pelo acidente fatal, a qual deverá ser paga pelo empregador, a quem caberá responder pelos danos causados, independentemente de dolo ou culpa, pois isso não retira a obrigação, através de seus encarregados e engenheiros, de acompanhar e orientar as operações de maior risco dentro da obra.
  - (D) Os dependentes de Márcio, se houver, terão o direito à pensão vitalícia por morte, no valor de 60% da aposentadoria que ele recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento. É insuficiente para gerar a obrigação indenizatória por parte do empregador, pois somente se verificará a obrigação de ressarcir os danos quando na investigação da causa ficar comprovado que este dano é consequência direta e imediata (com nexo de causalidade) de uma atuação dolosa ou culposa do empregador.
  - (E) Os familiares de Márcio terão o direito à pensão por morte correspondente a 90% do valor da aposentadoria que ele recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento. O Código Civil não dispõe que o trabalhador tem direito à indenização civil proporcional ao dano, pois a empresa possui responsáveis técnicos e engenheiros para acompanhar e orientar as operações de maior risco dentro da obra. Nesta situação, a família



38. Considere as situações de risco abaixo indicadas:

- I. Ataques das abelhas.
- II. Trabalho com eletricidade em altura para instalação dos refletores.
- III. Operação de soldagem por centelhamento.
- IV. Iluminação inadequada no período noturno.

Conforme a Portaria nº 25, de dezembro de 1994, estas situações de risco são, respectivamente, classificadas no Mapa de Riscos como:

	I	II	III	IV
A	biológico	de acidente	de acidente, químico e físico	ergonômico
B	de acidente	de acidente	de acidente e físico	de acidente e ergonômico
C	biológico	de acidente e ergonômico	físico e químico	de acidente e ergonômico
D	de acidente	ergonômico	físico e químico	de acidente
E	de acidente	de acidente	de acidente, químico e físico	de acidente

39. Os extintores devem ser resistentes e de manejo simples para que durante utilização não sejam afetadas suas condições de segurança e funcionamento. De acordo com a Norma Brasileira NBR 12962, a inspeção e manutenção dos extintores

- (A) devem ser periódicas. A manutenção geralmente é efetuada no ato da inspeção por pessoa jurídica contratada. A frequência de inspeção é de 6 meses para extintores de incêndio com carga de água e de 12 meses para os demais extintores. A partir de julho de 2011, os extintores não precisam mais da ficha de controle para registro das inspeções.
- (B) não precisam ser periódicas, mas somente quando for necessária a recarga do extintor. A manutenção geralmente é efetuada no ato da inspeção por pessoa jurídica contratada ou por pessoal capacitado. A frequência de inspeção é de 12 meses para todos os extintores. Todo extintor deve possuir uma ficha de controle para registro das inspeções.
- (C) devem ser periódicas, efetuadas por profissional habilitado, com a finalidade de verificar se permanecem em condições originais de operação. A frequência de inspeção é de 6 meses para extintores de incêndio com carga de gás carbônico e de 12 meses para os demais extintores. Todo extintor deve possuir uma ficha de controle para registro das inspeções.
- (D) devem ser periódicas. A manutenção geralmente é efetuada no ato da inspeção por pessoa jurídica contratada. A frequência de inspeção é de 12 meses para qualquer tipo de extintor. A partir de julho de 2011, os extintores não precisam mais da ficha de controle para registro das inspeções.
- (E) podem ser efetuadas por qualquer empregado da empresa, com a finalidade de verificar que permanecem em condições originais de operação. A frequência da inspeção é de 12 meses para qualquer extintor. Qualquer extintor instalado deve possuir uma ficha de controle para registro das inspeções.

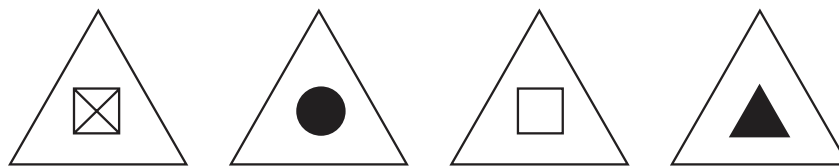
40. A empresa responsável pela obra sofreu interdição e embargo, paralisando a obra, motivada por uma série de riscos graves, como a falta de sinalização adequada. De acordo com a NR-18, a comunicação da sinalização de segurança deve ser feita

- (A) pelo encarregado ou líderes, antes do início de qualquer atividade, para advertir contra risco de passagem de trabalhadores onde o pé-direito for inferior a 1,80 m. O uso de colete ou tiras refletivas na região do tórax e costas é obrigatório apenas quando o trabalhador estiver a serviço no período noturno. A sinalização de segurança em vias públicas deve ser dirigida para alertar os motoristas de transportes médios e pesados.
- (B) por meio de avisos, para advertir contra risco de passagem de trabalhadores onde o pé-direito for inferior a 1,80 m; alertar quanto ao isolamento das áreas de transporte e circulação de materiais por grua, guincho e guindaste; advertir quanto a risco de queda. O uso de colete ou tiras refletivas na região do tórax e costas é obrigatório quando o trabalhador estiver a serviço em vias públicas, sinalizando acessos ao canteiro de obras e frentes de serviços ou em movimentação e transporte vertical de materiais.
- (C) por um diálogo informal pelo Técnico de Segurança do Trabalho para cada funcionário que trabalha naquele setor, para adverti-lo contra risco de passagem de trabalhadores onde o pé-direito for inferior a 1,50 m; alertar quanto ao isolamento das áreas de transporte e circulação de materiais por grua, guincho e guindaste, advertir quanto a risco de queda. O uso de colete ou tiras refletivas na região do tórax e costas é obrigatório para todos os trabalhadores que estiverem a serviço sinalizando acessos ao canteiro de obras e frentes de serviços ou em movimentação e transporte vertical de materiais.
- (D) para, na reunião da CIPA, advertir contra o risco de passagem de trabalhadores onde o pé-direito for 1,70 m; alertar quanto ao isolamento das áreas de transporte e circulação de materiais por grua, guincho e guindaste; advertir quanto a risco de queda. O uso de colete ou tiras refletivas na região do tórax e costas é obrigatório quando o trabalhador estiver a serviço em vias públicas, sinalizando acessos ao canteiro de obras e frentes de serviços ou em movimentação e transporte vertical de materiais.
- (E) para, na integração do SESMT, advertir contra risco de passagem de trabalhadores onde o pé-direito for 1,60 m. O uso de colete ou tiras refletivas na região do tórax e costas é obrigatório apenas quando o trabalhador estiver no período noturno a serviço, sinalizando acessos ao canteiro de obras e frentes de serviços ou em movimentação e transporte vertical de



41. Conforme Decreto Estadual, em todas as obras, os projetos técnicos de proteção contra incêndio devem ficar à disposição dos trabalhadores autorizados e dos órgãos competentes, para qualquer consulta.

De acordo com a NBR 14100 e as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros, a simbologia para cada extintor portátil representado pela figura abaixo significam, respectivamente, da esquerda para a direita:



- (A) Pó BC, espuma mecânica, pó D e Dióxido de Carbono.  
(B) Pó D, espuma mecânica, Dióxido de Carbono e pó ABC.  
(C) Água pressurizada, pó D, pó ABC e Dióxido de Carbono.  
(D) Pó BC, pó ABC, água pressurizada e espuma mecânica.  
(E) Água pressurizada, pó ABC, pó BC e Dióxido de Carbono.
- 
42. Estudos revelaram que muitos trabalhadores da construção civil que se sujeitaram ao trabalho manual de escavação, quebra de pedras, granitos ou rochas com densidade elevada de quartzo, sem a devida proteção respiratória, ao longo dos anos mostraram a incidência de silicose como doença profissional. A silicose é uma patologia resultante de
- (A) aspiração de pó ocasionando uma inflamação pulmonar e levando a um quadro de fibrose cística, ou seja, acúmulo de muco denso e pegajoso nos pulmões, no trato digestivo e em outras áreas do corpo. Aumenta os riscos de tuberculose, podendo ser regressiva e reversível.  
(B) respiração nasal de microgotículas que atingem os alvéolos, enrijecendo as partículas e levando a um quadro de pneumoconiose similar a asbestos, ou seja, ao endurecimento intersticial do tecido pulmonar, com formação de nódulos distribuídos uniformemente e, em estágios mais avançados, ocorre a disfunção respiratória, de caráter irreversível e cancerígeno.  
(C) deposição de micropartículas de sílica livre nos alvéolos pulmonares, levando a um quadro de fibrose pulmonar nodular, ou seja, endurecimento intersticial do tecido pulmonar, com formação de nódulos isolados nos estágios iniciais, nódulos conglomerados e disfunção respiratória nos estágios avançados, de caráter progressivo e irreversível.  
(D) respiração bucal de micropartículas sólidas no trato gastrointestinal, afetando o sistema nervoso central, e acarretando tremores e paralisia. No aparelho digestivo, apresenta violentas dores intestinais ou cólicas, depressão e disfunção respiratória nos estágios avançados, de caráter regressivo e irreversível.  
(E) ingestão de pó carboneto de silício ou por fagocitose no trato gastrointestinal, no sistema respiratório e no parênquima pulmonar. No aparelho digestivo, desencadeia vômitos, crise hepática aguda, hemólise, anorexia, aumenta a pressão intracraniana e disfunção respiratória nos estágios avançados, de caráter progressivo e irreversível.
- 
43. Durante a obtenção de uma amostra de contaminante do ar, particulados de  $\text{SiO}_2$ , na construção civil, foi utilizada, em um dos funcionários, um bomba de amostragem de ar, kit completo, operando durante 6 horas, com uma vazão de 2 litros por minuto. O meio de coleta foi através de membranas e filtros de Policarbonato para particulado de até  $0,8 \mu\text{m}$ . A massa inicial da amostra é de 1,4 mg (miligramas) e a massa de  $\text{SiO}_2$  presente nesta amostra é de  $9 \mu\text{g}$  (microgramas).

**Dados:**

As fórmulas do nº 12 da NR-15 Limites de Tolerância para Poeiras Minerais:

$$\text{Limite de tolerância para poeira respirável: L.T.} = \frac{8}{\% \text{ quartzo} + 2} \text{ mg/m}^3$$

$$\text{Limite de tolerância para poeira total (respirável e não respirável): L.T.} = \frac{24}{\% \text{ quartzo} + 3} \text{ mg / m}^3$$

É correto afirmar que a concentração foi

- (A) igual ao limite de tolerância, portanto, o profissional não tem direito ao adicional de insalubridade.  
(B) inferior ao limite de tolerância, portanto, o profissional não tem direito ao adicional de insalubridade.  
(C) igual ao limite de tolerância, portanto, o profissional tem direito ao adicional de insalubridade.  
(D) superior ao limite de tolerância, portanto, o profissional tem direito ao adicional de insalubridade.  
(E) superior ao limite de tolerância, mas para decidir se o profissional tem direito ao adicional de insalubridade a poeira deveria



44. Em dias de concretagem, três máquinas betoneiras são ligadas individualmente e separadas em pontos diferentes (ou seja, não interferem no ruído global). Os níveis de pressão sonora, obtidos através de um dosímetro, para cada funcionário que opera a betoneira "X", a "Y" e a "Z", são demonstrados na tabela abaixo.

Betoneira	Ciclo de Tarefa	Tempo efetivo de exposição para cada ciclo (minutos)	Tempo total de exposição do funcionário Diário (minutos)	Nível de Pressão Sonora dB(A)	Tempo de exposição permitida. Anexo1 NR-15 (horas)
X	Enchimento	5	360	70	-
	Mistura	10		92	3
	Descarregamento	10		88	5
Y	Enchimento	7	400	65	-
	Mistura	15		95	2
	Descarregamento	10		86	7
Z	Enchimento	5	330	75	-
	Mistura	15		90	4
	Descarregamento	10		87	6

De acordo com o anexo 1 da NR-15, referente aos limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente, por meio da dose diária, descontando-se as pausas durante o ciclo de trabalho, conclui-se que os operadores das betoneiras "X", "Y" e "Z" estão submetidos a valores de doses de ruído

- (A) aceitáveis para duas máquinas e não aceitável para uma máquina. Não é necessária a utilização de protetores auriculares nem se faz necessária ação preventiva contra o ruído. Assim, as tarefas executadas nas betoneiras "X" e "Y" não são consideradas atividades e operações insalubres. Destaca-se que para a betoneira "Z" a dosagem está no limite da tolerância. Embora não seja insalubre para o trabalhador, se faz necessário considerá-la insalubre, para não ter processos trabalhistas no futuro.
- (B) aceitáveis para as três máquinas, não sendo necessária a utilização de protetores auriculares nem se faz necessária nenhuma ação preventiva contra o ruído. Assim, as tarefas executadas nas betoneiras não podem ser consideradas atividades e operações insalubres. Destaca-se que para a betoneira "Z" a dosagem está no limite da tolerância, embora não seja possível considerar como um problema de insalubridade para o trabalhador.
- (C) não aceitáveis para duas máquinas e aceitável para uma máquina. É necessária a utilização de protetores auriculares e se faz necessária ação preventiva contra o ruído. Assim, as tarefas executadas nas betoneiras "X" e "Y" são consideradas atividades e operações insalubres. Destaca-se que para a betoneira "Z" a dosagem está próxima ao limite da tolerância; embora não seja insalubre para o trabalhador, se faz necessária uma ação preventiva contra o ruído.
- (D) não aceitáveis para as três máquinas. É necessária a utilização de protetores auriculares e se faz necessária ação preventiva contra o ruído. Assim, as tarefas executadas nas betoneiras "X", "Y" e "Z" podem ser consideradas atividades e operações insalubres. Destaca-se que para a betoneira "Z" a dosagem está no limite da tolerância; embora não seja insalubre para o trabalhador, se faz necessária uma ação preventiva contra o ruído.
- (E) não aceitáveis para duas máquinas e aceitável para uma máquina. É necessária a utilização de protetores auriculares e se faz necessária ação preventiva contra o ruído. Assim, as tarefas executadas nas betoneiras "X" e "Z" podem ser consideradas atividades e operações insalubres. Destaca-se que para a betoneira "Y", a dosagem está no limite da tolerância; embora não seja insalubre para o trabalhador, se faz necessária uma ação preventiva contra o ruído.
- 
45. Ao realizar a fiscalização em uma empresa, o agente do Ministério do Trabalho aplicou a legislação vigente relacionada à Segurança e Saúde do Trabalho. Dentre outros dispositivos, ele utilizou a Lei nº   I   que   II   e a Portaria nº   III  , que   IV  .
- As lacunas I a IV devem ser, correta e respectivamente, preenchidas por:
- (A) 5.194/1966 – dispõe sobre as atribuições do engenheiro e dá outras providências – 3.214/1978 – aprova as Normas Regulamentadoras (NRs).
- (B) 6.514/1977 – altera o capítulo V do título II da Consolidação das Leis do Trabalho – 3.214/1978 – aprova as Normas Regulamentadoras (NRs).
- (C) 3.214/1977 – altera o capítulo V do título II da Consolidação das Leis do Trabalho – 6.514/1978 – aprova as Instruções Técnicas (ITs).
- (D) 6.496/1977 – dispõe sobre as atribuições do engenheiro de segurança do trabalho e dá outras providências – 6.514/1977 – regulamenta o capítulo V do título II da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (E) 6.514/1977 – altera o capítulo V do título 4º da Consolidação das Leis do Trabalho – 3.214/1977 – aprova as Normas

46. Na construção civil, um operador de betoneira providencia, em pé, o enchimento da betoneira com os ingredientes para a preparação da massa de concreto durante 10 minutos e, nos 10 minutos seguintes, enquanto aguarda a mistura, prepara o solo com um rastelo, para efetuar o descarregamento da máquina. Repete este procedimento das 7 às 8 horas da manhã, a céu aberto. As condições térmicas – Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo (IBUTG), no local de trabalho, são definidas por: Local 1 – Betoneira, e Local 2 – Preparação do solo. Nos dois locais as condições de IBUTG são as mesmas, sendo: temperatura de globo (Tg) = 30 °C, temperatura de bulbo úmido normal (Tbn) = 28 °C, Temperatura de Bulbo seco (Tbs) = 23 °C, porém os tipos de atividades são diferentes. Para o Local 1, a atividade é "em pé", trabalho intermitente de levantar, empurrar ou arrastar pesos, remoção com pá (Metabolismo: 440 Kcal/h) e para o Local 2, o tipo de atividade em pé, trabalho leve, movimentação, principalmente com os braços usando o rastelo. (Metabolismo: 150 Kcal/h).

Dados: Quadro 01 do anexo número 3 da NR-15.

REGIME DE TRABALHO INTERMITENTE COM DESCANSO NO PRÓPRIO LOCAL DE TRABALHO (por hora)	TIPO DE ATIVIDADE		
	LEVE	MODERADA	PESADA
Trabalho contínuo	até 30,0	até 26,7	até 25,0
45 minutos trabalho 15 minutos descanso	30,1 a 30,5	26,8 a 28,0	25,1 a 25,9
30 minutos trabalho 30 minutos descanso	30,6 a 31,4	28,1 a 29,4	26,0 a 27,9
15 minutos trabalho 45 minutos descanso	31,5 a 32,2	29,5 a 31,1	28,0 a 30,0
Não é permitido o trabalho, sem a adoção de medidas adequadas de controle	acima de 32,2	acima de 31,1	acima de 30,0

Considerando as condições deste trabalho, sob a ótica da insalubridade, conclui-se que a atividade é

- (A) moderada e o regime de trabalho intermitente com descanso no próprio local de trabalho estão abaixo do limite de tolerância, portanto, a atividade não é insalubre.
- (B) pesada e o regime de trabalho intermitente com descanso no próprio local de trabalho estão no limite de tolerância, portanto, a atividade não é insalubre.
- (C) pesada e o regime de trabalho intermitente com descanso no próprio local de trabalho estão no limite de tolerância, portanto, a atividade é insalubre.
- (D) moderada e o regime de trabalho intermitente com descanso no próprio local de trabalho estão no limite de tolerância, portanto, a atividade não é insalubre.
- (E) moderada e o regime de trabalho intermitente com descanso no próprio local de trabalho estão acima do limite de tolerância, portanto, a atividade é insalubre.
- 
47. Uma empresa cuja atividade econômica principal corresponde ao Grau de Risco 3, com 4.321 funcionários contratados em regime celetista mensal, dimensionou seu SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho em conformidade com a Norma Regulamentadora específica vigente, obtendo a seguinte composição: 8 técnicos de segurança do trabalho, 2 engenheiros de segurança do trabalho, 1 auxiliar de enfermagem do trabalho, 1 enfermeiro do trabalho e 2 médicos do trabalho. Outra empresa, cuja atividade econômica principal corresponde ao Grau de Risco 3, com 7.676 funcionários contratados em regime mensal CLT, dimensionou seu SESMT em conformidade com a Norma Regulamentadora específica vigente, obtendo a seguinte composição: 11 técnicos de segurança do trabalho, 3 engenheiros de segurança do trabalho, 2 auxiliares de enfermagem do trabalho, 1 enfermeiro do trabalho e 3 médicos do trabalho. O dimensionamento do SESMT para uma terceira empresa, cuja atividade econômica principal corresponde ao Grau de Risco 3, com 6.248 funcionários contratados em regime mensal CLT, de acordo com as disposições da NR-4 será:
- (A) 10 técnicos de segurança do trabalho, 3 engenheiros de segurança do trabalho, 1 auxiliar de enfermagem do trabalho, 1 enfermeiro do trabalho e 2 médicos do trabalho.
- (B) 11 técnicos de segurança do trabalho, 3 engenheiros de segurança do trabalho, 2 auxiliares de enfermagem do trabalho, 1 enfermeiro do trabalho e 3 médicos do trabalho.
- (C) 9 técnicos de segurança do trabalho, 3 engenheiros de segurança do trabalho, 2 auxiliares de enfermagem do trabalho, 1 enfermeiro do trabalho e 2 médicos do trabalho.
- (D) 8 técnicos de segurança do trabalho, 2 engenheiros de segurança do trabalho, 1 auxiliar de enfermagem do trabalho, 1 enfermeiro do trabalho e 2 médicos do trabalho.
- (E) 11 técnicos de segurança do trabalho, 2 engenheiros de segurança do trabalho, 2 auxiliares de enfermagem do trabalho,



**Atenção:** Considere os dados a seguir para responder às questões de números 48 a 50.

Três empresas denominadas ALFA, BETA e GAMA estão instaladas em um centro comercial, denominado GREGO, que ocupa uma pequena área situada em uma cidade no interior do Estado de Minas Gerais. Este local está a uma distância de 600 km de outro centro comercial denominado ROMANO, localizado na capital do Estado de São Paulo, onde estas mesmas três empresas também têm instalado um estabelecimento cada. Seguem as características de cada uma das empresas:

EMPRESA	GRAU DE RISCO DAS ATIVIDADES (NR-4)	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS NO ESTABELECIMENTO DO CENTRO COMERCIAL GREGO (contratados em regime CLT, mensal)	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS NO ESTABELECIMENTO DO CENTRO COMERCIAL ROMANO (contratados em regime CLT, mensal)	GRUPO (conforme quadros I, II e III da NR-5)
ALFA	Atividade principal = grau de risco 4 (80% dos empregados alocados na atividade principal, nos dois centros comerciais). Obs: 20% dos empregados atuam em outra atividade, diferente da atividade principal, de grau de risco 2, nos dois centros comerciais.	55 (estes empregados atuam distribuídos em canteiros de obras instalados na mesma cidade do estabelecimento)	1.476	C-18
BETA	Atividade principal = grau de risco 2 (40% dos trabalhadores alocados na atividade principal, nos dois centros comerciais). Obs: 60% dos empregados atuam em outra atividade, diferente da atividade principal, de grau de risco 3, nos dois centros comerciais.	423	678	C-7
GAMA	Atividade principal = grau de risco 2 (60% dos empregados atuam na atividade principal nos dois centros comerciais). Obs: 40% dos empregados atuam em outra atividade, diferente da atividade principal, de grau de risco 3, nos dois centros comerciais.	125	452	C-21

Quadro I da NR-5:

Grupo	Número de empregados no estabelecimento	Número de membros da CIPA	
		Efetivos	Suplentes
C-7	301 a 500	Efetivos	2
		Suplentes	2
	501 a 1000	Efetivos	3
		Suplentes	3
C-18	51 a 80	Efetivos	2
		Suplentes	2
	1001 a 2500	Efetivos	8
		Suplentes	7
C-21	121 a 140	Efetivos	2
		Suplentes	2
	301 a 500	Efetivos	3
		Suplentes	3

48. Considerando as disposições da NR-4, o SESMT da empresa

- GAMA, para ambos os estabelecimentos, deverá ser constituído considerando o grau de risco 3, pois alguns empregados atuam em atividades diferentes da principal da empresa, cujo grau de risco é superior.
- GAMA, para o estabelecimento situado no centro comercial ROMANO, deverá ser constituído, considerando 60% de sua composição correspondente ao grau de risco 2 e 40% correspondente ao grau de risco 3.
- ALFA poderá ser constituído de forma centralizada, de forma a atender ambos os estabelecimentos.
- BETA poderá ser constituído de forma centralizada, de forma a atender ambos os estabelecimentos e desde que considere na alocação dos funcionários para sua composição: 40% referente ao grau de risco 2 e 60% referente ao grau de risco 3.
- BETA, para o estabelecimento situado no centro comercial GREGO, deverá ser constituído considerando o grau de risco 3, pois mais de 50% dos seus empregados atuam na atividade correspondente ao grau de risco superior àquele da atividade



49. Considerando as disposições das NRs 5 e 18, a empresa ALFA deverá ter sua CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
- (A) constituída por dois membros efetivos e dois membros suplentes eleitos pelos trabalhadores, para o estabelecimento do centro comercial GREGO.
  - (B) organizada de forma centralizada para o estabelecimento do centro comercial GREGO.
  - (C) constituída por quatro membros efetivos e quatro membros suplentes para o estabelecimento do centro comercial GREGO.
  - (D) organizada de forma centralizada para o estabelecimento do centro comercial ROMANO.
  - (E) constituída de forma centralizada para os dois estabelecimentos.
- 
50. Dentre outros membros, conforme estabelece a NR-5 e considerando que não há outros atos normativos relacionados à constituição da CIPA para os setores específicos das referidas empresas, a CIPA para cada estabelecimento deverá ser composta por
- (A) 3 membros efetivos eleitos pelos empregados e 3 membros efetivos indicados pelo empregador, para a empresa GAMA, no centro comercial ROMANO.
  - (B) 4 membros efetivos obrigatoriamente eleitos, para a empresa BETA, no centro comercial GREGO.
  - (C) 2 membros efetivos obrigatoriamente eleitos, representantes do empregador, para a empresa BETA, no centro comercial GREGO.
  - (D) 3 membros suplentes, obrigatoriamente eleitos pelo empregador em escrutínio secreto, para a empresa GAMA, no centro comercial ROMANO.
  - (E) 2 membros efetivos obrigatoriamente indicados pelo Sindicato de Classe para a empresa ALFA, no centro comercial GREGO.
- 
51. Um determinado município do Estado de São Paulo, hipoteticamente denominado Segurópolis, está situado em região sob limite de jurisdição de uma Delegacia do Trabalho Marítimo. Muito embora esta DTM realize suas atividades, o auxílio de um órgão municipal responsável pela fiscalização e/ou orientação às empresas quanto ao cumprimento dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina no trabalho tem colaborado para a efetiva diminuição dos acidentes relacionados ao trabalho nas empresas de Segurópolis. Isto foi possível porque a Prefeitura desta cidade firmou convênio, com autorização do Ministério do Trabalho, viabilizando o apoio deste órgão municipal à prevenção dos acidentes do trabalho nas empresas do município. Neste contexto, considerando as disposições da NR-1, é correto afirmar:
- (A) Não é permitido que sejam delegadas funções relacionadas à fiscalização de empresas quanto ao cumprimento da legislação relativa à segurança e medicina do trabalho, em qualquer hipótese, a outros órgãos municipais.
  - (B) O convênio informado é legalmente autorizado e, inclusive, os empregadores das empresas dos municípios têm a obrigação de permitir que representantes dos trabalhadores acompanhem a fiscalização dos quesitos legais, além daqueles que regulamentam a medicina e a segurança do trabalho.
  - (C) O Ministério do Trabalho não tem competência para autorizar a formalização de convênios que permitam que órgãos municipais assumam atribuições e responsabilidades da Delegacia do Trabalho Marítimo, em qualquer hipótese.
  - (D) A formalização do referido convênio é legalmente possível, desde que a Secretaria de Saúde e Segurança do Trabalho desvincule o referido município dos limites da jurisdição da Delegacia do Trabalho Marítimo, pois o órgão municipal irá assumir as atribuições desta DTM.
  - (E) O convênio poderá ser realizado nos moldes explicitados no caso, porém a DTM não poderá desempenhar qualquer outra atividade neste município conveniado.
- 
52. Numa determinada empresa, todos os trabalhos devem ser realizados sentados. A análise ergonômica do trabalho realizada pelo SESMT desta empresa determinou a exigência de suporte para os pés para adaptação dos postos de trabalho ao comprimento da perna do trabalhador. Além desta exigência, segundo a NR-17, é necessário e suficiente que os assentos tenham altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida, além de encosto com forma levemente adaptada ao corpo, para proteção da região lombar. Considerando a situação exposta, é correto afirmar que a NR-17
- (A) prevê ainda a necessidade de base com conformação ajustável ao corpo humano nos assentos utilizados nos postos de trabalho, impedindo o uso de acentos com base com pouca ou nenhuma deformação.
  - (B) prevê ainda a necessidade de borda frontal vincada e base com conformação ajustável ao corpo humano nos assentos utilizados nos postos de trabalho, impedindo o uso de acentos com base fabricada com pouca ou nenhuma deformação.
  - (C) está sendo respeitada e as condições de necessidades expostas estão corretas e são suficientes, dispensando outras observações.
  - (D) que define a obrigação de instalação de suporte para os pés em todos os postos de trabalho onde sejam realizadas atividades sentadas não pode ser sobreposta às determinações do SESMT relacionadas à ergonomia dos postos de trabalho.
  - (E) exige, ainda, que os assentos utilizados nos postos de trabalho tenham pouca ou nenhuma conformação na sua base e



53. Os empregados de uma empresa realizam atividades que os expõe à poeiras incompatíveis com o asseio corporal. Esta empresa disponibiliza, para cada um destes trabalhadores, armários de compartimento duplo com separação, para de um lado abrigar a roupa de uso comum e do outro para guardar a roupa de trabalho. A autoridade local, competente em matéria de segurança e saúde do trabalho, fundamentou sua decisão de dispensar a exigência dos armários individuais para os empregados a qual foi homologada pelo Ministério do Trabalho. Considerando as disposições da NR-24, é correto afirmar:
- (A) Não é permitido que qualquer autoridade local decida eximir a responsabilidade do empregador em fornecer armários individualizados aos seus empregados que estejam realizando atividades incompatíveis com o asseio corporal, expostos a poeiras.
  - (B) A empresa poderá continuar disponibilizando os armários individuais para os empregados que desenvolvem as referidas atividades. Porém, a referida decisão da autoridade competente, uma vez submetida à homologação do Ministério do Trabalho, exime o empregador da obrigação da oferta dos armários individuais.
  - (C) O empregador continua sendo obrigado a disponibilizar os armários individualizados, independentemente da decisão de qualquer autoridade, visto que as Normas Regulamentadoras devem ser rigorosamente cumpridas.
  - (D) O empregador continua sendo obrigado a disponibilizar os armários individualizados, independentemente da decisão de qualquer autoridade, visto que as Normas Regulamentadoras devem ser rigorosamente cumpridas. Porém, é obrigado a disponibilizar apenas um armário simples e não duplo.
  - (E) O empregador continua sendo obrigado a disponibilizar os armários individualizados, independentemente da decisão da autoridade competente, mesmo que homologada pelo Ministério do Trabalho. Porém, para este caso, não há necessidade da disponibilidade de armários duplos, os quais somente são exigidos para trabalhadores que desenvolvem atividades insalubres.
- 
54. Josué é eletricitista profissional, empregado em regime mensal CLT em uma empresa do ramo elétrico. Ele não realizou qualquer curso específico na área elétrica, em instituição reconhecida pelo Sistema Oficial de Ensino, mas ao ser admitido nesta empresa, recebeu treinamento específico sob orientação e responsabilidade de seu supervisor, Cláudio. Cláudio realizou curso específico na área elétrica, reconhecido pelo Sistema Oficial de Ensino e possui registro no competente Conselho de Classe, além de ter anuência formal da empresa com autorização para o trabalho com eletricidade. Josué trabalha sob responsabilidade de Cláudio, mas não tem anuência formal da empresa para o exercício de suas atividades na área elétrica. Nestas condições, considerando as disposições da NR-10, Josué e Cláudio, respectivamente, são profissionais
- (A) qualificado e autorizado.
  - (B) qualificado e habilitado.
  - (C) habilitado e autorizado.
  - (D) treinado e especializado.
  - (E) capacitado e habilitado.

**Atenção:** Considere o contexto que segue para responder às questões de números 55 e 56.

*Uma empresa Omega, de grau de risco 3, realiza seus exames médicos periódicos em conformidade com os prazos estabelecidos na NR-7, pois o médico coordenador do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional não fez constar qualquer orientação diferenciada no relatório que orienta as ações deste programa. Portanto, não existindo quaisquer trabalhadores portadores de doenças crônicas ou expostos a riscos ou situações desencadeantes ou agravantes de doença ocupacional, são realizados exames médicos periódicos anuais para os trabalhadores menores de 18 anos e maiores de 45 anos e a cada dois anos para aqueles cujas idades estejam compreendidas entre 18 e 45 anos, inclusive. Luís fez 28 anos de idade há 105 dias e realizou seu terceiro exame médico periódico há exatos 62 dias. Ele foi demitido e a homologação de sua demissão acontecerá hoje, o que obriga a realização de seu exame demissional até esta data.*

55. Considerando que Luís realizou seu exame admissional no dia anterior ao início de suas atividades na empresa, como empregado, e a empresa realizou os exames médicos periódicos de Luís no prazo exato estabelecido pela NR-7 e, em conformidade com o disposto no PCMSO, é possível que ele tenha trabalhado nesta empresa há
- (A) 4 anos.
  - (B) 9 anos.
  - (C) 3 anos.
  - (D) 6 anos.
  - (E) 10 anos.
- 
56. Em relação ao exame demissional de Luís, de acordo com as disposições da NR-7, é correto afirmar que
- (A) é obrigatório realizá-lo, pois o seu último exame periódico foi realizado há mais de 60 dias.
  - (B) é obrigatório realizá-lo para que a empresa assegure que Luís não adquiriu qualquer doença profissional ou do trabalho no período em que desenvolveu suas atividades.
  - (C) não é obrigatório realizá-lo, pois o seu último exame periódico foi realizado há menos de 90 dias.
  - (D) é obrigatório realizá-lo, pois Luís tem mais de 25 anos de idade.
  - (E) não é obrigatório realizá-lo, pois Luís tem 28 anos de idade e o exame demissional é obrigatório somente após trans-



57. Considerando a classificação dos agentes de risco constante na NR-9, relacione a coluna da esquerda com a coluna da direita, identificando a classe de agente de risco a que se refere cada um dos exemplos enumerados:

- |                            |                        |
|----------------------------|------------------------|
| ( ) 1. Parasita            |                        |
| ( ) 2. Névoas              | ( F ) Agente físico    |
| ( ) 3. Pressão anormal     | ( Q ) Agente químico   |
| ( ) 4. Radiação ionizante  | ( B ) Agente biológico |
| ( ) 5. Fumos               |                        |
| ( ) 6. Néblinas            |                        |
| ( ) 7. Fungos              |                        |
| ( ) 8. Infrassom           |                        |
| ( ) 9. Temperatura extrema |                        |
| ( ) 10. Protozoários       |                        |

A sequência correta da correlação estabelecida na coluna um, considerando os agentes de risco em ordem crescente, do item 1 ao item 10, respectivamente, é

- (A) B - Q - Q - Q - B - Q - Q - F - F - Q.  
 (B) B - B - F - Q - B - B - Q - F - F - Q.  
 (C) Q - F - F - F - F - Q - Q - Q - B - B.  
 (D) Q - F - Q - B - Q - B - B - Q - B - Q.  
 (E) B - Q - F - F - Q - Q - B - F - F - B.

58. Considerando a hierarquia indicada na NR-9 relacionada às etapas de estudo, desenvolvimento e implantação de medidas coletivas para proteção dos trabalhadores no seu ambiente de trabalho, utilize o número 1 para indicar a ação hierarquicamente mais importante, o número 2 para indicar a segunda ação hierarquicamente mais importante e o número 3 para indicar a terceira ação a ser desenvolvida, quando da impossibilidade de realização das duas ações anteriores.

HIERARQUIA DE IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES	AÇÕES
( )	Item A – Prevenção da liberação ou disseminação de agentes prejudiciais à saúde no ambiente de trabalho.
( )	Item B – Eliminação ou redução da formação ou utilização de agentes prejudiciais à saúde do trabalhador.
( )	Item C – Redução dos níveis ou concentração de agentes prejudiciais à saúde do trabalhador no ambiente de trabalho.

A sequência hierárquica correta, considerando os itens A, B e C, respectivamente, é

- (A) item A = 2; item B = 1; item C = 3  
 (B) item A = 1; item B = 2; item C = 3  
 (C) item A = 3; item B = 2; item C = 1  
 (D) item A = 2; item B = 3; item C = 1  
 (E) item A = 1; item B = 3; item C = 2

59. De acordo com a NR-16, são consideradas atividades ou operações perigosas aquelas relacionadas a

- (A) transporte de líquidos inflamáveis com ponto de fulgor entre 60 e 93 graus Celsius, em quantidade superior a 100 litros.  
 (B) transporte de líquidos combustíveis com ponto de fulgor entre 50 e 73 graus Celsius em qualquer quantidade.  
 (C) explosivos sujeitos a ação de agentes exteriores, tais como faíscas, fogo ou choques.  
 (D) explosivos sujeitos a graduação química degenerativa, favorecida por intempéries.  
 (E) transporte de quaisquer inflamáveis gasosos liquefeitos, em quantidade superior a 100 quilogramas.

60. Considerando as disposições da NR-26, a rotulagem preventiva de produto químico classificado como perigoso à saúde dos trabalhadores deve orientar-se por procedimentos definidos

- (A) pela Ficha com Dados do Produto Químico, sendo suficientes as seguintes informações: identificação e composição do produto químico, pictograma(s) de perigo e classificação internacional do produto.  
 (B) pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (SGHCRPQ), da ISO, e conter, dentre outros, os seguintes elementos obrigatórios: identificação do produto químico e classificação internacional (CIPQS).  
 (C) nesta Norma Regulamentadora apenas, sendo suficientes as seguintes informações: identificação e composição do produto químico, pictograma(s) de perigo, palavra de advertência, frase de precaução e classificação internacional do produto.  
 (D) pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS), da ONU, e conter, dentre outros, os seguintes elementos obrigatórios: pictograma(s) de perigo e palavra de advertência.  
 (E) pelo Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS), da ONU, e conter, dentre outros, os seguintes elementos obrigatórios: classificação internacional do produto, composição e indicação com cor

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO****Instruções gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo IX, item 6, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que, na Folha de Resposta Definitiva:

- a) for assinada fora do local apropriado;
- b) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- c) for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- d) estiver em branco;
- e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Deverão ser rigorosamente observados os limites de linhas da Folha de Resposta Definitiva.

Em hipótese alguma será considerada pela Banca Examinadora a redação escrita neste rascunho.

Redija seu texto final na Folha de Resposta Definitiva da Prova Discursiva.

*Há quem acredite que, ao noticiar um fato, o jornalista deve ater-se à objetividade desse fato, sem submetê-lo a uma perspectiva mais pessoal. Mas há também quem creia que nenhum fato existe fora de alguma perspectiva pessoal e, nesse caso, a objetividade plena de uma notícia é apenas ilusória.*

**Escreva uma dissertação em prosa posicionando-se quanto a uma das duas convicções apresentadas ou ponderando sobre ambas. Justifique amplamente seu ponto de vista.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	